

EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

PHYSICAL EDUCATION AND EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS: A SYSTEMATIC REVIEW

EDUCACIÓN FÍSICA Y EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

Willian Lazaretti da Conceição ¹

Carla Cristina Monteiro Silva ²

Manuscrito recebido em: 11 de março de 2020

Aprovado em: 06 de outubro de 2021.

Publicado em: 02 de novembro de 2021.

Resumo

Este artigo visa identificar os fatores que possibilitam ou dificultam o ensino da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, através da produção científica sobre a temática. A EJA possui algumas especificidades que a diferenciam do ensino regular, evidenciados pela forma com que o exercício da Educação Física é desenvolvido, as particularidades dos/das alunos/as, a relação intrínseca e necessidade de conciliar a educação e o trabalho, o horário disponível, o desenvolvimento da saúde, dentre outros. Como caminho metodológico, foi realizada uma revisão sistemática em cinco periódicos classificados nos estratos A1 a B2 pelo sistema Qualis/CAPES na área da Educação Física, buscando nos títulos e resumos pelos descritores “Educação de jovens e adultos”, “EJA”, “Educação física e EJA”, “práticas corporais e EJA”, utilizando como critérios de seleção trabalhos relacionados à EF e EJA publicados nos últimos cinco anos, sendo identificados cinco artigos. Na análise, foi possível verificar que mesmo com a evolução na Legislação, o ensino da Educação Física na EJA ainda sofre dificuldades na formação inicial e continuada e com as poucas publicações. Embora de modo incipiente, avança com a postura diferenciada de alguns/mas professores/as que através da sua práxis pedagógica enfrentam tais dificuldades através de um entendimento de inclusão ampliado.

Palavras-chave: Escola; EJA; Andragogia.

¹ Pós-doutorando e Doutor pela Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor na Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Justiça Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8143-6524>

Contato: lazaretti@ufpa.br

² Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Pará.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3661-0356>

Contato: monteirosilvac@gmail.com

Abstract

This article aims to identify the factors that enable or hinder the teaching of Physical Education in Youth and Adult Education, through scientific production on the subject. The education of young people and adults has some specificities that differentiate it from regular education, evidenced by the way in which the exercise of Physical Education is developed, the particularities of the students, the intrinsic relationship and the need to reconcile education and work, the available time, health development, among others. As a methodological approach, a systematic review was carried out in five journals classified in strata A1 to B2 by the Qualis/CAPES system in the area of Physical Education, searching in the titles and abstracts for the descriptors "Education of young people and adults", "YAE", "Physical education and YAE", "body practices and YAE", using as selection criteria works related to PE and YAE published in the last five years, identifying five articles. In the analysis, it was possible to verify that even with the evolution in the Legislation, the teaching of Physical Education in the YAE still suffers difficulties in the initial and continued formation and with the few publications. Although in an incipient way, it advances with the different posture of some teachers who, through their pedagogical praxis, face such difficulties through an expanded understanding of inclusion.

Keywords: School; YAE; Andragogy.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar los factores que posibilitan o dificultan la enseñanza de la Educación Física en la Educación de Jóvenes y Adultos, a través de la producción científica sobre el tema. La educación de jóvenes y adultos tiene algunas especificidades que la diferencian de la educación regular, evidenciada por la forma en que se desarrolla el ejercicio de la Educación Física, las particularidades de los estudiantes, la relación intrínseca y la necesidad de conciliar educación y trabajo, el tiempo disponible, desarrollo de la salud, entre otros. Como abordaje metodológico, se realizó una revisión sistemática en cinco revistas clasificadas en los estratos A1 a B2 por el sistema Qualis/CAPES en el área de Educación Física, buscando en los títulos y resúmenes los descriptores "Educación de jóvenes y adultos", "EJA", "Educación física y EJA", "Prácticas corporales y EJA", utilizando como criterio de selección trabajos relacionados con PE y EJA publicados en los últimos cinco años, identificando cinco artículos. En el análisis se pudo constatar que aún con la evolución de la Legislación, la enseñanza de la Educación Física en la EJA todavía sufre dificultades en la formación inicial y continuada y con las escasas publicaciones. Aunque de manera incipiente, avanza con la postura diferente de algunos docentes que, a través de su praxis pedagógica, enfrentan tales dificultades a través de una comprensión ampliada de la inclusión.

Palabras clave: Colegio; EJA; Andragogía.

Introdução

A presente pesquisa busca desvelar o lugar da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e problematizar questões referentes à produção do conhecimento dentro desta etapa da educação básica e como as discussões acerca da temática tem ou não se apresentado dentro da educação física.

O interesse pelo tema surgiu a partir da leitura de textos voltados à Educação de Jovens e Adultos. Ademais, é importante ressaltar a defesa da educação pública, gratuita e democrática como impulso a discussão da temática, sendo que esta defesa nos leva ao diagnóstico de que a EJA e a Educação são campos que precisam ser discutidos e defendidos para se pensar em uma escola democrática e uma educação universalizada.

As experiências nos estágios supervisionados também tiveram grande influência na escolha do tema. Pereira (2021) afirma que esse contato direto com os encargos da carreira docente possibilita desenvolver as competências e habilidades exigidas ainda durante a formação acadêmica. No entanto, é comum que os estágios na universidade tenham suas vivências na escola regular pela facilidade relacionada ao tempo, fazendo com que a possibilidade de vivenciar, refletir e propor práticas para as turmas de EJA fiquem reduzidas e gerem polêmicas, dúvidas e anseios.

Santos *et al.* (2020) elucida que embora aparentemente a educação física seja valorizada na área de linguagens, códigos e suas tecnologias, há precariedade na sua efetiva oferta a todos os estudantes nessa fase de escolarização e apesar dos esforços e discussões sobre as práticas, o *laissez-faire* é prática comum na EJA. O autor destaca, ainda, situações como “rolar a bola”, até situações em que os alunos mediam o processo de escolha das atividades desenvolvidas, gerando questionamentos como a educação física “livre”, sem a necessidade do professor no processo de ensino aprendizagem.

Ainda enquanto justificativa para a escolha da temática é importante demarcar que a pesquisadora estagiou dentro do campo escolar. Nesse sentido, seria impossível desvincular a pesquisa de seu objetivo e foco na graduação que é transformar velhos paradigmas da educação física escolar.

Deste modo, dentre tantas investigações e textos, surge uma problemática que consideramos relevante e apropriada dentro do campo da educação física, a saber: Quais as implicações para a efetividade da Educação Física na EJA? Sendo assim, o objetivo é identificar os fatores que possibilitam ou dificultam o ensino da Educação Física na Educação de jovens e adultos.

O texto está estruturado da seguinte forma: seções teóricas que estão pautadas na compreensão da EJA e sua relação com a Educação Física e o mundo do trabalho, a seguir os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e, por fim, a discussão dos resultados a partir da análise dos dados obtidos.

Educação Física e EJA: um diálogo necessário

A Educação Física trata de diferentes manifestações e expressões corporais, dentre as quais se destacam: “jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros” (COLETIVO DE AUTORES, 2012 p.26) . A partir desta definição é possível destacar ainda que o objeto da educação física se volta a diversos debates que Monteiro (2009) classifica como campos da: educação, saúde ou lazer, mundo do trabalho e relação profissional, dimensões centrais da vida humana etc. Sanches Neto *et al.* (2013), reflete ainda sobre a importância da discussão entre educação física e as demandas ambientais, a relação corpo e ambiente que deve ser tratada de modo integrado nas aulas de EF. Para os/as autores/as, a problematização dessas demandas ambientais permite uma análise crítica dos/as aluno/as acerca da relatividade e dinamismo do meio em que vivem.

Tais fundamentos tornam-se importantes dentro da discussão da produção do conhecimento em Educação Física e Educação de Jovens e Adultos, pois a temática pode transitar entre classificações como: educação, didática, mundo do trabalho, entre outras. Neste sentido, cabe destacar que os periódicos têm trabalhado com dossiês e grupos temáticos com significativa recorrência, o que pode se tornar crucial para a investigação do estudo aqui exposto.

Nossa investigação sobre a Educação Física e Educação de Jovens e Adultos poderia percorrer caminhos diversos, como o perfil dos/as alunos/as desta etapa da educação básica, se o trabalho com a prática corporal nas aulas de educação física tem sido sistematizado ou se apresentam apenas forma de mecanização dos corpos às demandas de trabalho inerentes àqueles que têm frequentado esta etapa de ensino, entre outros. No entanto, após breve pesquisa acerca da temática, percebeu-se que o número de trabalhos

envolvendo a discussão da Educação Física dentro da EJA é ínfima perto da quantidade de trabalhos relacionados a outros temas da área em questão, o que trouxe inquietações sobre como esta produção do conhecimento tem se apresentado nos últimos anos.

Para discutir a questão apresentada é necessário prioritariamente discutir como a EJA tem se apresentado no campo da educação e no campo da educação física escolar, que debates e tensões cercam este campo de pesquisa.

Sampaio (2009) demarca que o pensamento a respeito da educação de trabalhadores/as representa um importante movimento para iniciação da educação de jovens e adultos que conhecemos atualmente. Desde 1930 com a ascensão da burguesia industrial, o crescimento econômico e nova colocação do país no cenário do capitalismo mundial, mesmo de forma tardia, contribuiu para debates relacionados à educação popular. Para Sampaio (2009, p. 18):

A urbanização e a necessidade de mão de obra minimamente qualificada nas indústrias provocou no Brasil uma espécie de reprodução de um movimento que os países mais ricos tinham vivido mais de um século antes. A necessidade de ampliar a rede escolar fez o governo buscar novas diretrizes educacionais para o país (Constituição de 1934) e envidar esforços para diminuir o analfabetismo adulto.

Apesar do movimento de escolarização dos adultos, é necessário compreender que a industrialização não trouxe um projeto democrático de educação, o investimento do Estado estava centrado em atender a demanda industrial. Assim, “os primeiros documentos oficiais de atenção à EJA eram respostas às necessidades do capital, mão de obra minimamente qualificada para atuar na indústria, maior controle social, além de diminuir os vergonhosos índices de analfabetismo” (CURY apud SAMPAIO, 2009 p.18).

Machado (2008) aponta que a Lei nº9394/96 – que trata sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – trouxe mudanças em relação ao atendimento educacional destinado aos jovens e adultos em defasagem idade/série, pois antes da LDB de 1996, quando nos referíamos ao ensino de jovens e adultos, pensava-se conseqüentemente no ensino supletivo ou Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF. Isto porque “estas duas experiências marcaram profundamente o atendimento educacional de jovens e adultos; principalmente no que se refere a aspectos negativos” (MACHADO, 2008 p. 162).

Cita-se enquanto aspectos negativos, principalmente o estigma difícil de ser superado pela educação de jovens e adultos, que está associada a uma oferta educacional compensatória e aligeirada de escolarização (MACHADO, 2008). Essa concepção fundada na necessidade de recuperar minimamente a mão de obra por meio de uma escolarização apressada acentuou um desenvolvimento desigual na educação brasileira, voltada a intensa necessidade de controle social, derivada diretamente da intensificação e expropriação do trabalho (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2013).

Dentro do atual contexto educacional, as autoras elucidam a necessidade de um/uma trabalhador/a de novo tipo, pronto para as demandas do mercado de trabalho, flexíveis e que apresentem outras competências para além dos conhecimentos científicos e tecnológicos, como iniciativa, criatividade, capacidade de solucionar problemas e autonomia (CNI, 2005, p. 33 apud RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2013, p. 722).

Para atender esta demanda de trabalhador/a, a educação básica começa a apresentar múltiplas ofertas de ensino, de caráter pulverizado, desigual e instável. Dentre estas ofertas situa-se a Educação de Jovens e Adultos, este agrupamento atende “o ingresso ou retorno à escolarização básica, articulada ou não à educação profissional, em propostas formativas de caráter suplementar dirigidas aos que não concluíram as etapas do ensino fundamental e médio na idade própria” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2013, p. 727).

Na educação física, existe uma problemática recorrente acerca de sua oferta facultativa no período noturno, horário comumente destinado às turmas de EJA. Esse destaque se torna necessário, pois como supracitado a educação para jovens e adultos historicamente tem se apresentado como uma educação compensatória e aligeirada, e no caso da educação física ainda é facultativa, ou seja, vista sem importância dentro do rol de componentes curriculares que estão presentes no contexto escolar.

Lima (2015) compreende que quando relacionada à educação física, a EJA apresenta um pensamento do senso comum de que a condição de cansaço dos/as alunos/as é uma barreira para inserção na aula, isto porque geralmente os/as alunos/as frequentam as aulas após longas jornadas de trabalho.

Sem dúvidas existem dois equívocos, o primeiro deles é restringir as aulas de educação física a aspectos técnicos e práticos, a segunda refere-se à tentativa de diminuir os conteúdos práticos da educação em relação aos conteúdos teóricos que as outras disciplinas oferecem, colocando a escola como um saber meramente intelectual, que fora dos cadernos e livros não apresenta significado. Esta segunda problemática atinge diretamente as aulas de educação física, artes ou qualquer prática que esteja disposta a utilizar o corpo como meio de intervenção e possibilidade de saber na escola.

Mas de fato é preciso compreender que os/as alunos/as da EJA tem um perfil diferente dos/as alunos/as em situação escolar regular. Assim, Ferreira e de Paula (2011) assinalam que ao refletirmos sobre a educação de jovens e adultos na educação básica é necessário entender as especificidades dos sujeitos que estão em uma condição de não crianças, sujeitos inseridos em uma determinada cultura, com trajetórias, vivências e experiências. Faz-se necessário refletir que a estes sujeitos em algum momento da vida o direito à escolarização foi negado.

Voltando a estabelecer o diálogo entre EJA e Educação Física, Günther (2014, p.406) elucida que as produções da área têm apontado “a educação física enquanto uma atividade isolada, destituída de um corpo de conhecimentos como se espera um componente curricular”. Nesse sentido, as aulas de educação física estão atreladas a representações fragmentadas sobre jogo, ginástica e outras práticas corporais que na EJA são compensatórias depois das longas jornadas de trabalho, assim sendo, representam um momento de descontração, recreação ou manutenção de uma condição física saudável.

Este currículo fragmentado e pouco refletido sobre a EJA já tem sido pauta em diversos trabalhos, principalmente aqueles atrelados a organização do trabalho pedagógico e currículo. A EJA é um campo de tensões e diagnoses, principalmente no campo da educação. Quando relacionada à Educação Física, percebe-se que o comparativo de estudos sobre a EJA encontra-se em caráter reduzido em relação a temas como organização do trabalho pedagógico, saúde e lazer, dentre outros.

A história da educação de jovens e adultos e suas vinculações com o mundo do trabalho: entre debates e tensões

Tratar pedagogicamente da Educação de Jovens e Adultos não se configura uma tarefa fácil, mas se torna quase impossível tratar dessa pauta sem recorrer à história escrita e oral do que foi e é hoje a educação desse público tão diverso, que consideramos ter intrínseca relação com o mundo do trabalho.

Machado (2008) pondera que nos últimos anos grandes mudanças ocorreram na educação de forma geral, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96 apresenta maior destaque dentro da educação para jovens e adultos, principalmente pelo fato de que anteriormente o atendimento educacional destes públicos estarem atrelados à Lei 5379/67 que se refere ao Mobra e a Lei 5692/71 que refere-se ao ensino supletivo.

A Lei de Diretrizes e Bases constitui um avanço e relevante contribuição na luta da educação como direito. Outro importante destaque se refere a reabertura político-democrática brasileira, ocorrida no ano de 1988, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição trata sobre o Direito à Educação em seu art. 208, que determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.

Além dessa garantia, há a previsão de uma progressiva universalização do ensino médio gratuito e a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, dentre outros.

O acesso ao ensino obrigatório e gratuito foi elevado constitucionalmente à condição de direito subjetivo, com a previsão, em caso de não oferecimento ou de sua oferta de forma irregular pelo poder público, de responsabilização da autoridade competente (BRASIL, 1988).

Nota-se que a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todas as idades a universalização do ensino médio e oferta do curso noturno são fundantes para a Educação de Jovens e Adultos, pois avançam na perspectiva de democratização do acesso desse público às escolas.

Outro importante fator que demarca a educação de jovens e adultos são as Conferências Internacionais de Educação de Adultos - CONFINTEAS contando com cinco edições.

A primeira confintea foi realizada na Dinamarca em 1949, organizada pela Unesco, contou com a presença de 21 organizações internacionais e os seguintes países: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grã Bretanha, Irã, Irlanda, Itália, Líbano, Holanda, Nicarágua, Noruega, Paquistão, Suécia, Suíça, Síria, Tailândia, Turquia e Estados Unidos (GOMES, 2012).

Gomes (2012) demarca que uma das características predominantes da conferência foi a visão europeia e norte-americana arraigadas, não tendo participação de países do Sul e nem de países latino-americanos.

As CONFINTEAS ocorreram em diversos países e ao longo dos anos trouxeram diversas elaborações acerca da educação de jovens e adultos, destacam-se entre os avanços a busca pela inclusão no II CONFINTEA, a pauta da alfabetização de jovens e adultos como essencial ao longo da vida no III CONFINTEA, e a importância da educação e do direito a aprender no IV CONFINTEA.

Consideramos que as conferências internacionais são avanços significativos na discussão sobre a educação de adultos, entretanto entre a discussão e a consolidação existe um abismo que ainda repercute nas salas de aula daqueles que fazem parte dessa modalidade de ensino.

Para finalizar nossa breve discussão sobre o histórico da EJA e discutir as suas vinculações com o mundo do trabalho, que são bem expressas dentro dos documentos das conferências internacionais e das leis em âmbito nacional, apresentaremos de forma sucinta as modificações na Lei de Diretrizes e Bases do ensino médio.

A resolução número 3, de 21 de novembro de 2018 do Ministério da Educação, que trata da atualização das diretrizes curriculares para o ensino médio, aponta em seu segundo capítulo, no artigo 3º que “O ensino médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2018). Assim, mais uma vez aponta que o mercado de trabalho é componente fundamental daqueles que acessam esta etapa de ensino.

Em relação a sua oferta, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal e na Lei nº 9394/1996 (LDB) em seu art. 4º, as instituições de ensino que ofertam essa etapa da Educação Básica devem estruturar suas propostas pedagógicas considerando as finalidades previstas no art. 35 da Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assim dispõe:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

O art. 5º da LDB pontua ainda que o ensino médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, além de dispor sobre a necessidade de obediência dos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional, que estão elencados no art. 206 da Constituição Federal e no art. 3º da LDB. Essas normas trazem mudanças em relação a como o ensino deve ser ofertado, prevalecendo agora a reflexão sobre projetos de vida durante a trajetória escolar (BRASIL, 2018).

Em relação à educação física, o documento aponta ainda a proposta de ser facultativa nos casos previstos em Lei, ou seja, mesmo após tantas reformulações não compreendemos que há uma mudança real em relação às ofertas do ensino médio ou correlacionadas à educação física.

O Coletivo de Autores (2012) apresenta a educação física enquanto disciplina pedagógica que na escola trata da cultura corporal, que envolve jogos, ginástica, lutas, acrobacias, mímica, esporte, dança e outras expressões corporais. Essa gama de conteúdo deve fazer parte do currículo escolar e são conteúdos que precisam fazer parte das aulas dos/das professores/as, mas isso não acontece de fato. Assim, o que vemos nas aulas de educação física de maneira geral é sua aplicação dentro de um caráter técnico e esportivo.

Barros (1993) aponta que a educação física de décadas passadas não parecia projetar perspectivas pedagógicas de cunho crítico, e assim foi sustentada pelo conservadorismo unidirecional que era ainda proveniente das ciências médicas, que na educação física foram subsidiadas pelos modelos ginásticos.

Com a crise da educação física na década de 1980, surge um espaço para resignificação da sua lógica técnica biológica. Assim, o Coletivo de Autores (2012) aponta que os movimentos renovadores são responsáveis por uma mudança na didática da educação física, com vistas a um projeto pedagógico diferenciado. Apesar dessa lógica progressista, advinda do movimento renovador na área da educação física, é possível perceber que o perfil técnico-esportivo, biológico e voltado para a saúde ainda é o mesmo.

Os estereótipos sobre ser professor/a de educação física na escola, acabaram seguindo essa lógica dos/das profissionais formados/das sob a égide militar. A partir disso, é preciso destacar que na contemporaneidade, apesar da mudança de sentido em relação à prática pedagógica em educação física e seu caráter educacional através das teorias críticas da educação física, como a teoria crítico emancipatória, crítico-superadora e crítica social dos conteúdos, sua prática ainda continua imersa dentro de um pragmatismo técnico formal e na hegemonia do esporte no ambiente escolar.

A discussão sobre a educação física e a EJA é um campo de reflexões abertas, pois se ainda no ensino regular a educação física assume um caráter técnico e pragmático, negando os conteúdos pertencentes ao seu rol de conhecimentos, essa perspectiva dentro da EJA nos parece sofrer limites ainda mais profundos.

Deste modo, é preciso destacar a especificidade da EJA mais uma vez. Como já apontado ao longo do texto, a Educação de Jovens e Adultos apresenta peculiaridades, dentre as quais podemos destacar o público diverso que atende diversas faixas etárias e gêneros e a sua oferta que ocorre majoritariamente no turno da noite. Alves e Maciel (2012) apontam ainda que o público que mais cresce na EJA é o de idosos/as, que já aposentados/as buscam concluir os estudos como forma de satisfação pessoal.

Tais questões apresentam alguns entraves em relação à educação física, por se tratar de um saber em parte teórico em parte prático, assim é preciso refletir que a heterogeneidade do público afeta diretamente o trabalho pedagógico do/a professor/a que, como já discutido no texto, tem centrado suas aulas primordialmente no ensino técnico e esportivo. Além disso, o turno em que as aulas de educação física ocorrem pode ser fator limitante do ponto de vista de espaço.

Na EJA a educação física deve integrar todos os alunos da educação básica na cultura corporal de movimento, formando cidadãos que vão produzi-las e reproduzi-las, usufruindo-as na escola e em seu tempo de lazer (ALVES; MACIEL, 2012).

A educação física apresenta diferenças não apenas em relação ao seu público, mas sobre sua possibilidade de ser facultativa. Em 2001 a educação física era facultativa para os cursos noturnos, ou seja, os/as estudantes da EJA não eram obrigados a participar das aulas de educação física. Evoluindo, em 2003 uma mudança no texto da lei passa a estabelecer que a educação física é facultativa apenas aos seguintes casos: para alunos/as do curso noturno que tenham prole; jornada de trabalho de seis horas ou mais; ou alunos/as que estejam prestando serviço militar.

Esse texto da lei ataca diretamente a disciplina de educação física para os alunos/as da EJA, que tem negado o direito a uma cultura corporal de movimento, isto porque a maioria do público acaba atendendo aos critérios supracitados.

Consideramos ainda que a disciplina educação física é desvalorizada dentro do currículo escolar, isso porque nenhuma outra disciplina é tratada como dispensável dentro do currículo escolar. O português e a matemática, por exemplo, não são facultativos sob nenhuma hipótese, por que então a educação física cabe esse lugar de demérito?

Mas voltando a questão de como os conteúdos da educação física estão propostos para a educação de jovens e adultos, Lemes (2017) destaca que o Ministério da Educação do Brasil (MEC) definiu um conjunto de diretrizes semelhante aos parâmetros curriculares nacionais, com uma proposta de ensino ampla para a EJA. Segundo o autor alguns dados as aulas de educação física eram centrados em três diferentes concepções: biológica, de práticas esportivas e voltada ao ensino de valores e convivência social. Assim, a saúde para o trabalho e a atividade física se constituíam como principal finalidade no contexto da educação física.

Pode-se notar que essa forma de disposição de organização da educação física ainda é fortemente utilizada e até mesmo legitimada na escola por professores/as da disciplina e pelos alunos/as.

Mesmo com as críticas e avanços que fizeram com que o currículo fosse repensado e dentro do próprio MEC, através de outros documentos que fizeram com que as diferenças fossem expostas, nada mudou dentro do ensino da educação física. Um outro referencial proveniente do MEC em 2002 apontava que a educação física dentro da EJA deveria abordar a disciplina dentro de um enfoque voltado ao respeito e diversidade dos estudantes dentro da escola, relacionando aspectos sociais, biológicos e esportivos ao ensino da Educação Física. Nessa outra proposta, indicada pelo MEC, indica-se a ideia de uma educação física crítica e reflexiva, com respeito à diversidade, promoção da inclusão e formação para a cidadania (LEMES, 2017).

As propostas desencadearam três grandes blocos para o ensino da educação física na EJA: Esporte, Jogos, Lutas e Ginástica; Atividades Rítmicas e Expressivas e Conhecimento com o Corpo (LEMES, 2017). Os grandes grupos propostos para a educação física, se utilizados de maneira crítica, poderiam apresentar avanços significativos para a educação física na Educação de Jovens e Adultos, mesmo que fragmentando a concepção de cultura corporal de movimento apresentada pelos críticos da educação física técnica biológica.

Entretanto, as meras propostas colocadas no papel não ajudaram a educação física a superar seus estigmas e sua composição na educação básica. Na EJA os três grupos apresentados atuaram de maneira fragmentada e nem todas as propostas foram trabalhadas, por limites dos alunos e dos professores.

Em relação ao campo Esporte, Jogos, Lutas e Ginástica dentro da EJA, pontua-se que nem todas as propostas são trabalhadas, os Jogos e Esportes são os elementos corporais mais absorvidos pela escola de maneira geral, independente de série ou modalidade, portanto, pode-se afirmar que como fenômenos que se imbricam e são legitimados tanto pela escola quanto pela sociedade e sua lógica social, tornando-se as práticas mais consumidas na escola, até mesmo como forma de extravasar sentimentos no tempo de não trabalho, ou o esporte em uma lógica informal de lazer.

As lutas são o conteúdo menos consumido na educação física de maneira geral, Rufino e Darido (2012) apontam que isso se deve a vários fatores, dentre os quais destacam a falta de materiais, de espaço adequado e da formação dos professores/as, que dificulta o acesso ao conteúdo. Deste modo, as lutas só são acessadas quando o/a professor/a tem alguma formação específica sobre esse conteúdo.

Não obstante, quando tratamos pedagogicamente da EJA, tratamos de contextos diversos, de pessoas que apresentam concepções de vida que precisam ser refutadas, mas também respeitadas, essa lógica é muito intensa dentro da educação de jovens e adultos.

A ginástica, por sua vez, é tratada dentro de uma classificação que é a manutenção da saúde e do corpo forte que vai no outro dia retomar seu posto no mercado de trabalho. Na EJA, quando a ginástica é trabalhada, ou pensada na perspectiva do condicionamento físico, ou do relaxamento, através dos alongamentos que são comuns à todas as idades, o

que beneficia um trabalho pedagógico único do/a professor/a, sem ter que pensar nas diversas diferenças que o público em questão apresenta.

Sobre o grupo de conteúdo que abarca as atividades rítmicas expressivas, apontamos um limite que é compreendido na educação física de maneira geral, a dificuldade com o trabalho da dança dentro da escola, seja pelo preconceito relacionado ao gênero, seja pelas diversas sensações e emoções que a dança causa, que geram situações de vergonha e constrangimento para o corpo dançante. Nesse sentido, Bregolato (2007) aponta que os homens primordialmente são afastados da graciosidade que deveria ser inerente a qualquer ser humano, dentro e fora da escola.

Sobre o grupo três conhecimento sobre o corpo, a proposta pode abarcar conhecimentos voltados para estética corporal, atividades físicas e saúde e outros, uma proposta viável para a EJA não apenas do ponto de vista conceitual e sua especificidade, quanto pelo fato das aulas teóricas serem constantes dentro da modalidade.

Assim, cumpre dizer que a educação física na EJA, apresenta-se numa lógica teórica maior que a da prática corporal concreta, não que a teoria não deva fazer parte das aulas, mas existe uma especificidade genuína na educação física que é o campo prático e precisa ser respeitado.

Caminho metodológico

O trabalho em foco se trata de uma revisão sistemática, que para Sampaio e Mancini (2007) utiliza dados da literatura como fontes para determinados temas. “Antes de se iniciar uma revisão sistemática, três etapas precisam ser consideradas, quais sejam: definir o objetivo da revisão, identificar a literatura e selecionar os estudos possíveis de serem incluídos” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p.85).

A revisão sistemática foi o método selecionado por reunir vários estudos acerca de determinado tema, mesmo com produções elaboradas isoladamente, este método de pesquisa permite ainda sinalizar lacunas e saturações, conseqüentemente fomentando estudos posteriores (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Conforme esses autores, há um passo a passo para a elaboração de tal revisão que consiste em: 1) definição da pergunta; 2) busca

pelas evidências; 3) revisão e seleção dos conteúdos; 4) análise da qualidade metodológica dos estudos; 5) apresentação dos resultados.

Para cumprir os caminhos da revisão sistemática, o primeiro passo foi a formulação da pergunta problema. Em seguida, a escolha dos periódicos utilizados teve como critério principal sua veiculação em âmbito nacional e o Qualis das revistas, que deveriam atender ao estrato A1 a B2 pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desta forma as revistas investigadas foram as seguintes: Motrivivência-UFSC, Movimento-UFRGS, Motriz-UNESP, Pensar a Prática-UFG, Revista Brasileira de Ciências do Esporte-CBCE, Revista Brasileira de Ciência e Movimento-UnB, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte-USP e Revista da Educação Física-UEM.

Os conteúdos das revistas foram selecionados a partir dos critérios a seguir: artigos publicados na língua portuguesa através dos descritores “Educação de jovens e adultos”, “EJA”, “Educação física e EJA”, “práticas corporais e EJA”, analisando os títulos, resumos e selecionando apenas aqueles que tem debates relacionados à EF e EJA e que foram publicados nos últimos cinco anos. Logo após a leitura dos títulos e resumos, foram excluídos 22 artigos, que não possuíam os critérios acima citados, obteve-se o total de 5 artigos como apresentado no quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Dados dos artigos selecionados

Título	Ano	Revista	Autor(a)	Método
Juvenilização da EJA: repercussões na Educação Física	2018	Motrivivência	Franchi; Günther	Não aponta o método utilizado na pesquisa
Formação de professores em educação física e a educação de jovens e adultos	2019	Movimento	Carvalho; Camargo	Bases empíricas ancoradas em perspectivas críticas
Concepções de ex-bolsistas sobre o PIBID-EF e a Educação de Jovens e Adultos	2019	Pensar a Prática	Linhares; Neves; Hack	Relato de experiência
Efeitos da Educação Física nos níveis de aptidão cardiorrespiratória e no índice de massa corporal na Educação de Jovens e Adultos – EJA	2019	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	Lemes et al.	Estudo de caso avaliativo somativo
Educação Física na educação (inclusiva?) de jovens e adultos: um retrato da produção científica na área	2020	Motrivivência	Peluso et al.	Revisão sistemática e análise do conteúdo

Fonte: Autores.

Para Gomes e Caminha (2014), baseados em diversos autores, o método de revisão sistemática da literatura além de bases em critérios pré-determinados e evidências científicas consistentes, tem como objetivo o desenvolvimento de artigos com informações originais e possibilitar uma análise mais objetiva do resultado, facilitando as sínteses finais.

Deste modo, como passo conclusivo do texto em questão, buscou-se organizar o material coletado para posterior análise identificando suas contribuições e relevância para a produção do conhecimento sobre Educação Física e Educação de Jovens e Adultos.

Cabe frisar que “a revisão sistemática tem como função estabelecer critérios rigorosos a serem seguidos impreterivelmente a fim de manter a confiabilidade e a reprodutibilidade dos resultados destes estudos”, portanto o caminho metodológico, desde a coleta à análise do material foi seguido à risca (BRITO; RODRIGUES, 2020 p.200).

Análise dos dados

A revista Movimento apresentou 2 resultados sobre a temática da educação física relacionada à educação de jovens e adultos no período de 2016 à 2020. Deste resultado, apenas um apresenta relação direta com o tema em questão, apresentado no quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Produção do conhecimento na Revista Movimento

Movimento		
Título do artigo	Ano	Conteúdo/Objetivo
Formação de professores em educação física e a educação de jovens e adultos	2019	O artigo objetiva compartilhar estudos referentes à formação inicial de professores e professoras de Educação Física para atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), através de ações acadêmicas desenvolvidas em duas universidades públicas federais. A discussão apresentada se origina das pesquisas dessas realidades que, a partir de distintas bases empíricas, considerando a educação de jovens e adultos como direito e devir e apoiadas em visão crítica da Educação Física, analisam esse fenômeno em dois recortes espaciais, no Sul e no Sudeste do Brasil. Nas considerações, aponta a importância e a responsabilidade das universidades para a concretização dessa prática pedagógica em uma modalidade que é expressão das desigualdades sociais e, complementarmente a isso, o necessário compromisso com uma formação de professores de Educação Física atenta às especificidades da EJA.

Fonte: Autores.

O único artigo encontrado na revista *Movimento* que trata da temática abordada dentro deste trabalho de conclusão de curso trata diretamente da formação de professores/as e suas práticas vinculadas à formação de jovens e adultos. Este tema apresenta certa obviedade, tendo em vista que é uma discussão latente dentro do campo da educação, somando-se aos esforços do entendimento das práticas pedagógicas de Educação Física na EJA.

Destaca-se que esta revista em particular tem um viés mais voltado para pesquisas do campo das ciências humanas e sociais, como destacado na própria apresentação da revista. Ela está voltada a aspectos pedagógicos, históricos, políticos e culturais. Este fato inquieta, pois apesar do forte viés pedagógico – área de concentração da temática – apenas um artigo foi encontrado, sendo um estudo recente do ano de 2019. Deste modo, destaca-se ainda, que ao longo de vinte anos a revista não apresentou uma grande concentração de textos relacionados a EJA e Educação Física.

Este panorama pode se apresentar ainda pela área abrangente que a revista agrega – educação física, fisioterapia e dança- que mesmo pertencendo a áreas correlatas pode aumentar o número de artigos direcionados a outros vieses que não o da educação física em si.

O texto apresentado pela revista tem como principal objetivo a discussão da formação inicial voltada para a educação de jovens e adultos. Entretanto há um recorte espacial, analisando apenas a situação no Sul e Sudeste do país. Apesar do recorte de espaço que limita uma visão ampla sobre a situação da formação inicial e EJA no Brasil, o texto traz como contribuição a responsabilização das universidades em relação a concretização de práticas pedagógicas em uma modalidade educacional que apresenta desigualdades sociais latentes, apresenta ainda a importância em relação ao comprometimento da formação de professores e especificidades da EJA.

A revista RBCE não apresentou nenhuma publicação relacionada ao tema Educação Física e EJA, sendo que foram utilizadas palavras-chave como “Educação Física e Educação de Jovens e Adultos” e “Educação de Jovens e Adultos”, na tentativa de verificar se algum artigo abordou mesmo que de forma secundarizada a temática, no entanto a tentativa não gerou resultados.

A revista RBCE apresenta majoritariamente temas correlacionados com os esportes, treinamento desportivo e atividade física e saúde, apresenta ainda apreensões no campo das políticas públicas, questões referentes a corporeidade e a imaginários. Outras temáticas relacionadas a área da educação física são vistas em menor grau, não encontramos artigos relacionados ao treinamento resistido e educação física escolar.

Neste sentido, ressaltamos que mesmo sendo uma revista de renome na área da educação física, e que apresenta o Qualis B1, considerado elevado entre as revistas da área, não apresentou resultado em relação a temática abordada. Apesar de encontrarmos majoritariamente trabalhos que envolvem a temática da educação física escolar, corpo e educação física, lazer, currículo e saúde, surpreende que não haja nenhum artigo que trata especificamente da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Física.

Esse dado é relevante, pois, vai ao encontro da pesquisa de Corrêa *et al.* (2017) que aponta que as revistas de Qualis de estrato B1 na educação física têm publicado mais na área saúde, e as revista de Qualis B2 tem concentrado maiores publicações relacionadas a práticas pedagógicas. Apesar deste dado, cabe destacar que as revistas de Qualis B1 na educação física, que é o caso da RBCE, apresentam sua segunda maior concentração nas temáticas de cunho pedagógico. Portanto, não encontramos uma justificativa plausível para a falta de artigos, além do silenciamento da temática e as poucas discussões da educação física dentro da EJA.

A revista Pensar a Prática apresentou 2 resultados sobre a temática da Educação Física e Educação de Jovens e Adultos, mas apenas um dos resultados está dentro do recorte temporal estabelecido e pode ser visualizado no quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Produção do conhecimento da revista Pensar a Prática

Movimento		
Título do artigo	Ano	Conteúdo/Objetivo
Concepções de ex-bolsistas sobre o PIBID-EF e a Educação de Jovens e Adultos	2019	O presente estudo foi construído a partir da experiência no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, do curso de Educação Física da UNEMAT. O objetivo da pesquisa foi analisar as concepções de ex-bolsistas sobre a formação no PIBID-EF desenvolvida num Centro de Educação de Jovens e Adultos. Destarte, realizamos entrevistas semiestruturadas com 6 (seis) docentes formados/as em Educação Física que foram bolsistas PIBID e na EJA durante a graduação. As experiências deles enquanto bolsistas permitiram identificar desafios e formas de superação dos mesmos na Educação Básica, especialmente em EJA.

Fonte: Autores.

O Estudo de 2019 trata do Programa de Iniciação à Docência, EJA e Educação Física. O artigo em questão é um relato de experiência, que utilizou a entrevista semiestruturada como forma de coleta de dados e que gerou como principal contribuição os desafios e formas de superação das práticas pedagógicas na educação básica, especialmente na EJA.

A pensar a prática apresenta ainda diversos artigos relacionados as práticas corporais em educação física (dança, esporte, jogos, capoeira e outros), lazer, atuação profissional, atividade física e saúde, mostra-se uma revista que aborda as diferentes temáticas da educação física.

A revista Motrivivência apresentou 4 resultados acerca da temática abordada no trabalho, porém um não apresentava relação com a temática abordada, já o segundo está fora do marco temporal, por fim os outros dois são respectivamente do ano de 2018 e 2020 que podem ser visualizados no quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Produção do conhecimento da revista Motrivivência

Movimento		
Título do artigo	Ano	Conteúdo/Objetivo
Juvenilização da EJA: repercussões na Educação Física	2018	O presente estudo tem como objetivo problematizar o aumento do público adolescente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), relacionando esse fato a aspectos legais e sociopedagógicos. Partimos da reflexão em torno da definição do termo jovem para avançarmos na discussão sobre o fenômeno de juvenilização do público da EJA. O aumento de adolescentes na referida modalidade de ensino vem exigindo novas formas de pensar o currículo e o ensino para esse público e, até mesmo, o papel da EJA na estrutura educacional. Tal discussão exige um olhar atento para todo o processo de escolarização e suas implicações na juvenilização da EJA. Diante desse cenário, encaminhamos algumas considerações sobre as novas demandas no ensino da Educação Física na EJA frente às mudanças discutidas ao longo do texto.
Educação Física na educação (inclusiva?) de jovens e adultos: um retrato da produção científica na área	2020	Este estudo objetivou investigar a produção científica da área da Educação Física (EF) para analisar os debates sobre Inclusão escolar e EJA. Para tal, houve uma revisão sistemática no Portal CAPES. Foram encontrados sete artigos para a discussão desta pesquisa e classificados em três categorias. Na análise de conteúdo, emergiram aspectos discutidos nas produções e tornou-se possível traçar pontos comuns relativos nas pesquisas. A inclusão escolar, de maneira geral, vem sendo discutida à medida que a literatura apresenta a ocorrência de situações excludentes e a necessidade de se estudar medidas para minimizá-las, criando oportunidades de participação efetivas por todos e todas nas aulas de EF para esta modalidade de ensino.

Fonte: Autores.

A revista *Motrivivência* apresenta dois artigos relacionados a temática da Educação Física e EJA, o primeiro trata de um assunto abordado em nossas seções teóricas, que é a juvenilização na EJA, o segundo trata de um tema menos comum que é a inclusão escolar dos/as alunos/as que frequentam esta modalidade de ensino.

O artigo de 2018 da juvenilização na EJA, discute a questão das diferentes faixas etárias presentes dentro desta etapa da educação básica, tema relevante inclusive quando pensamos sobre o processo pedagógico da EJA, a variação em relação à idade pode ser tanto um fator problemático em relação a didática quanto em relação ao próprio diálogo dos grupos de estudantes, neste sentido, é uma contribuição para pensar a prática pedagógica e o respeito às diferenças.

Em relação ao artigo de 2020 apresentado pela revista, destaca-se que, no que tange a educação de maneira geral, a inclusão é um tema bastante discutido, mas certamente ainda há muito o que avançar, a contribuição do texto está no fato de discutir uma dupla exclusão, que é a da modalidade de ensino da educação de jovens adultos atrelada à uma disciplina que teve seu histórico marcado pela exclusão dos menos aptos. Este artigo permite reflexões acerca de diversos eixos como formação de professores, didática, prática social e prática pedagógica.

A *Motrivivência* também é uma revista que aborda diferentes temáticas em relação aos campos de atuação da educação física, é possível encontrar escritos relacionados ao treinamento desportivo, educação física escolar, as diversas práticas corporais, atuação profissional e outros.

A Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (RBEFE) apresentou um artigo com vinculação ao tema do trabalho, este é o único artigo com vinculações à área da saúde, o que consideramos uma contribuição positiva e que permite quebrar o mito da dicotomia entre o polo pedagógico e biológico da EF. Nesse sentido, o artigo buscou tratar do nível de aptidão cardiorrespiratória e índice de massa corporal dos/as alunos/as da EJA que frequentam as aulas de EF escolar.

A RBEFE é uma publicação trimestral da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, e tem por objetivo publicar pesquisas que contribuam para o avanço do conhecimento nas áreas de Educação Física, Esporte e afins.

Na revista Motriz, foram encontrados 3 artigos, porém 2 deles não têm relação com a temática da EJA e Educação Física e o outro está fora do marco temporal estabelecido. A revista foi lançada em 1995, com publicação quadrimestral pelo departamento de educação física da Universidade do Estado de São Paulo- UNESP de Rio Claro. Desde 2016, a Motriz tem publicado artigos exclusivamente em formato eletrônico, usando o *Scholar One submission system*.

A revista da Educação Física, assim como a revista Motriz, RBCE e a Revista Brasileira de Ciência do Movimento, não apresentou nenhum artigo com discussões voltadas à EJA e EF. É uma revista de publicação de fluxo contínuo pelo Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá-UEM e tem por objetivo divulgar a produção do conhecimento relacionado à área da Educação Física.

Deste modo, é possível apontar que apesar dos avanços em relação a temática da Educação Física e EJA e das publicações existentes na área quando relacionado ao tema ainda existe uma lacuna e incipiência de pesquisas.

Em relação aos anos de publicação dos artigos e suas quantidades apresenta-se o quadro 5, a seguir.

Quadro 5 - Artigos e ano de publicação

Número de artigos encontrados por revista e ano de produção		
RBCE	Nenhum artigo	*****
Revista Brasileira de Ciência do Movimento		
Revista da Educação Física		
Motriz		
Movimento	1 artigo	2019
Pensar a prática	1 artigo	2019
Motrivivência	2 artigos	2018 e 2020
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	1 artigo	2019

Fonte: Autores.

Consideramos importante apresentar um quadro com o número de artigos encontrados e seus anos de publicação, pois tal questão apresenta um panorama geral sobre a produção do conhecimento na área da Educação Física e EJA.

O diagnóstico apresenta cinco artigos publicados entre os anos de 2018 e 2020, deste um foi publicado em 2018, 3 foram publicados em 2019, um foi publicado em 2020, totalizando os cinco artigos publicados entre os anos de 2016 à 2020, nas revistas escolhidas para o estudo.

Entre 2016 e 2017 não há registros de publicações sobre a temática abordada no estudo. Neste sentido, fica evidente a pouca valorização ou mesmo a falta de informações sobre a EJA dentro da Educação Física, o que pode justificar a incipiência de produções relacionadas ao tema.

No geral, pudemos diagnosticar que dentro das revistas visitadas a produção do conhecimento sobre Educação Física e EJA não foi amplamente discutida quando relacionadas a outras temáticas que em anos similares se apresentaram de maneira mais orgânicas nos periódicos da área da educação física. Importante apontar ainda que apesar da grande divulgação de temas relacionados à escola, práticas pedagógicas e formação de professores, relacionados ao EJA.

Este dado vai ao encontro do estudo de Corrêa *et al.* (2017) e Frizzo (2010), que destacam que no campo da pós graduação a temática mais abordada relaciona-se ao campo da atividade física e saúde. Campos *et al.* Ainda destaca que dentro dos periódicos com estrato Qualis Capes a partir de B2 a área supracitada é a que tem mais avanços em relação as produções, atingindo um percentual de 42,3%. Assim sendo, a área pedagógica que assume a segunda posição em relação aos escritos ainda divide seus temas.

Sabe-se que as pesquisas relacionadas às temáticas existem, um dos fatores para se encontrarem em quantidade incipiente em relação as revistas pesquisadas pode acontecer por alguns fatores: 1) as revistas pesquisadas apesar de apresentarem grande renome na área da educação física não dialogam com a Educação de Jovens e Adultos e o não lançamento de dossiês sobre o tema proposto; 2) Apesar do grande número de pesquisas em relação ao objeto de estudo pesquisado, essas pesquisas não tem sido disponibilizadas em outras plataformas, como as revistas e periódicos da área da educação física; 3) A

restrição da discussão na área da educação de forma geral, sem tratar de disciplinas específicas e o ensino da EJA.

Assim, apresentamos a importância de ampliarmos as pesquisas na área da Educação Física e EJA, dentro de Teses, Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso e periódicos da área. Existem ainda hoje muitas questões para serem discutidas sobre este tema, portanto, fica clara a importância de pesquisas disponibilizadas em periódicos da área.

Considerações Finais

Destaca-se a importância dos estudos e publicações sobre o tema, tanto no entendimento da história e legislação que tem pautado a educação de jovens e adultos, quanto relacionadas as especificidades da Educação Física de forma geral, dentre as quais podemos destacar: a hora aula do/a professor/a, os conteúdos que contemplem a intergeracionalidade das turmas já que a educação física apresenta teoria e prática, a organização do trabalho pedagógico, a formação de professores/as etc.

Apesar de toda a importância do tema em questão, percebeu-se que nos periódicos pesquisados (RBCE, Movimento, Pensar a Prática e Motrivivência) os estudos em relação à Educação Física e EJA foram pouco veiculados, em parte pela grande possibilidade de discutir temas diversos relacionados à escola, formação de professores e práticas pedagógicas e por outro lado, pelas poucas informações e um silenciamento notável quando se trata da educação de jovens e adultos e a educação física.

Ainda sobre a questão supracitada, é importante destacar que a educação física sofre diversos estigmas, e ainda é um tema de grande efervescência as questões didático metodológicas relacionadas à área. Deste modo, há uma preocupação em relação ao currículo e a organização do trabalho pedagógico relacionados a EJA.

A própria evolução legislativa sobre a matéria revela uma certa timidez no enfrentamento sobre a problemática da matéria.

Com a redemocratização, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à Educação foi elevado à condição de Direito Social, presente no art. 8º da CF/88.

Seguindo o processo histórico-evolutivo legislativo, em 20 de dezembro de 1996 foi publicada a Lei Federal nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei foi um marco para a educação para jovens e adultos, pois representou um salto em relação às legislações anteriores sobre a matéria, que estavam atrelados à Lei nº 5379/67 - que se refere ao Mobral - e à Lei 5692/71 - que se refere ao ensino supletivo.

Contudo, ainda que se reconheça que a legislação caminhou a passos largos a uma evolução no tratamento da Educação Física como elemento fundamental na formação do aluno, há de se reconhecer também que ela não conseguiu vencer alguns estigmas que ainda persistem, como o fato de que o exercício da disciplina ainda pode ser facultativo.

Evidencia-se, com essa possibilidade, uma injustificada desvalorização, além de representar em uma grave contradição, pois ao mesmo tempo que a Lei reconhece a importância da Educação Física (em tamanha forma que realiza diversas alterações legislativas nesse sentido), ela também permite que ela seja dispensável no currículo escolar, algo que seria, para efeitos de comparação, totalmente inconcebível em outras disciplinas, como a matemática e o português.

A constatação que se extrai, portanto, é que há uma grande diferença entre o que está presente no texto das leis com o que de fato está sendo aplicado na EJA. Ainda há, com base nos estudos realizados, pouca aplicação que garanta efetivamente esses direitos.

O desenvolvimento do ensino da Educação Física encontra comumente dificuldades em turmas regulares, contudo elas são elevadas quando se trata de alunos/as da Educação de Jovens e Adultos.

As já mencionadas poucas publicações existentes sobre a temática já revelam um silenciamento e uma invisibilidade que a EJA possui. Conforme demonstrado, das revistas pesquisadas, apenas 4 possuíam algum artigo sobre a matéria que, somados, resultam em total de 5 artigos. Enquanto outras 4 revistas sequer havia publicações.

A própria formação dos/as professores/as de Educação Física, tanto inicial quanto continuada, muitas vezes não dá suporte suficiente sobre as especificidades que a EJA possui. A ampla maioria dos alunos/as desse programa estão em um estado de vulnerabilidade, seja social, seja econômica, que são evidenciados pelas suas próprias vidas escolares, eis que a EJA se destina a pessoas que já passaram da idade escolar e que não tiveram oportunidade de estudar.

O ensino na EJA exige uma postura diferenciada do/a docente, que deve pensar na sua prática pedagógica abarcando todas as diferenças existentes, com um entendimento de inclusão ampliado.

Por fim, apresenta-se necessário fazer a discussão da produção do conhecimento na área da Educação Física e EJA com intuito de ampliar as discussões e pesquisas sobre o tema em Teses, Dissertações, periódicos da área e outros espaços, ressaltando o valor social que estas pesquisas têm para a população e a prática pedagógica de forma geral.

Referências

ALVES, J. D.; MACIEL, M.G. A percepção dos alunos idosos da educação de jovens e adultos sobre a importância da educação física para a promoção da saúde. **R. Min. Educ. Fís.**, Viçosa, Edição Especial, n.1, p.390-397, 2012.

BARROS, J.M.C. Educação Física e esporte: profissões? **Kinesis**, Santa Maria, n.11, p.5-16, jan./jun. 1993.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 1996.

BRASIL. **Resolução nº 3**, de 21 de novembro de 2018.

BREGOLATO, R.A. **Cultura corporal da dança**. São Paulo: Ícone, 2007.

BRITO, A. C.; RODRIGUES, E. A. C. Um recorte acerca dos espaços públicos de lazer: uma revisão sistemática integrativa. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.4, dez/2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2012.

CORRÊA, M. R. D.; CAPUTO, E. L.; STEIN, F.; CARDOZO, P. L.; LESSA, H. T.; CARDOSO, R. K.; DOMINGUES, M. R.; HALLAL, P. C. A produção do conhecimento em Educação Física e suas subáreas: um panorama a partir de periódicos nacionais da área. **Rev. Bras. Ativ. Fís. Saúde**, v.22, n.3, p.261-269, 2017.

FERREIRA, L.O.F.; DE PAULA, J.A. Um diálogo entre a educação física e a eja: os corpos dos educandos e educadores. **Anais** do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Porto Alegre, set. 2011.

FRIZZO, G.E. A produção do conhecimento da educação física no século XXI: a pesquisa no programa de pós-graduação em ciências do movimento humano da ufrgs. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.13, n.3, p.116, set./dez. 2010.

GOMES, I. S. M. Movimento pela educação de jovens e adultos nas CONFINTEAS e seus desafios para a política educacional. 2012. 324 f. **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. **Movimento**, Porto Alegre, v.20, n.1, p.395-411, jan./mar. 2014.

GÜNTHER, M.C.C. O direito à educação física na educação de jovens e adultos. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v.36, n.2, supl., p.5400-5412, abr./jun. 2014.

LEMES, V.B. Relatos de uma Proposta de Educação Física Escolar: A Promoção da Saúde na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

LIMA, A.P. O lugar da educação física na educação de jovens e adultos: discutindo a exclusão e as possibilidades. **Anais** do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/CONBRACE e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte/CONICE, Vitória-ES, Set. 2015.

MACHADO, M.M. Formação de professores para EJA: Uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.2, n.2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008.

MONTEIRO, S.V. Sociedade de controle e condutas éticas: desafios e perspectivas para a atuação profissional em educação física. **Holos**, ano 25, vol. 1. 2009.

PEREIRA, A. C. R. Um relato de experiência sobre o estágio supervisionado na Educação de Jovens e Adultos: e a Didática com isso? **Cenas Educacionais**, v. 4, n. e9539, p. 1-16, 2021.

RUFINO, L.G.B.; DARIDO, S.C. Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.283-300, abr./jun. 2012.

RUMMERT, S.M.; ALGEBAILLE, E.; VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n.54, jul./set. 2013.

SAMPAIO, M.N. Educação de jovens e adultos: uma história de complexidade e tensões. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista v. 5, n. 7 p. 13-27 jul./dez. 2009.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Bras. Fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANCHES NETO, L.; CONCEIÇÃO, W.L.; OKIMURA-KERR, T.; VENÂNCIO, L.; VOGEL, A.J.Z.; FRANÇA, A.L.; CORSINO, L.N.; RODRIGUES, J.C.R.; FREITAS, T.P. Demandas ambientais na Educação Física escolar: perspectivas de adaptação e de transformação. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 309-330, out./dez. 2013.

SANTOS, C. ÁTILA L. DOS; ALVES, P. R. DE O.; VENÂNCIO, L.; SANCHES NETO, L. Educação física na perspectiva do ensino médio e da educação de jovens e adultos(as): impressões na formação inicial de professores(as). **Revista Prática Docente**, v.5, n.2, p.870-888, 31 ago, 2020.